



O DESENVOLVIMENTO DAS RELAÇÕES CAPITALISTAS E A DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO: A POSIÇÃO DA AMAZÔNIA

Ellana Barros Pinheiro¹

Resumo

A categoria trabalho está estritamente relacionada às expressões da ordem burguesa, por isso, dessa forma, é necessária a compreensão dos processos que determinaram o desenvolvimento social e histórico capitalista, em meio disso, a Amazônia sob a presença da ciência burguesa começa a ser revelada ao mundo de modo avançado segundo a visão e a expectativa da acumulação de capital, revelada como uma região fornecedora de meios de consumo colonial, para uma região fornecedora de meios de produção, de matéria prima para acumulação industrial. Apesar de todas as ricas contribuições de diversos autores acerca das discussões sobre Amazônia, é sempre importante ter em pauta o fator dinamismo das relações de trabalho e a posição atual da Amazônia na divisão internacional do trabalho como essencial para o alcance reflexivo das discussões, fomentando debates que estão propostos a se apresentar neste texto.

Palavras-Chave: Amazônia. Divisão Internacional do Trabalho. Capitalismo.

1 INTRODUÇÃO

A exploração das relações humanas não é imediata, consiste no resultado de um processo determinado historicamente e relacionado à formação de uma massa de indivíduos trabalhadores que foram separados de suas propriedades, de seus meios de produção, contribuindo para a constituição do proletariado da modernidade, apresentado assim, condicionalidades para o desenvolvimento capitalista.

A dissociação que se faz referência acima, representou a expulsão devastadora de centenas de trabalhadores de suas terras, que “levou à completa ruína tanto o camponês como o artesão independente”. (FIALHO NASCIMENTO, 1997, pág.48). Os indivíduos dissociados de todos os seus meios de produção, em suma, viram-se obrigados de forma a garantir sua sobrevivência, a troca, assim posso dizer, a venda de sua força para o trabalho.

Por meio deste processo histórico, comerciantes e usurários obtiveram “plenas condições que permitiram a compra de trabalho livre, por meio da separação deste trabalho, das condições objetivas de sua existência” (MARX, 1986, pág.101).

A riqueza em forma de dinheiro, acumulada através de lucros mercantis se transforma em capital, ou seja, o capital surge como o produto da circulação. Segundo Marx, a origem do capital não se dá pela propriedade da terra, nem das corporações, mas da riqueza mercantil e do lucro. “O capital é essencialmente o capitalista, mas, ao mesmo tempo, a produção em geral é capital, com, o um elemento na existência do capitalista, bem distinto dele” (MARX, 1986, pág.111).

Essa formação original do capital segundo Marx, não ocorre pela acumulação de condições objetivas de trabalho separadas da terra, sua formação se dá porque “o processo de dissolução do modo de produção permite que o valor, existente como riqueza monetária, adquira as condições objetivas para trocar o trabalho vivo dos trabalhadores, agora livres, por dinheiro” (MARX, 1986, pág.103).

¹ lanaxmiss@hotmail.com - Universidade Federal do Pará.



De certo, o predomínio desta parcela como classe dominante implicava a estruturação de um processo de produção científica e tecnológica em vista os objetivos de acumulação e valorização do Capital.

Trazendo essa perspectiva de consolidação do capitalismo como modo de produção e das sociedades capitalistas avançadas como expressões do poderio burguês a nível mundial para o contexto amazônico, temos claramente a Amazônia na esfera de influência da ordem mundial capitalista

A Amazônia que segundo Aluizio Lins Leal (2010) em “Uma Sinopse Histórica da Amazônia (Uma visão política)” tem sua história dividida em períodos que vão da exploração (Período Exploratório- Compreendendo o século XVI) ao período da fase da atualidade, são marcadas profundamente pelas vinculações às economias capitalistas hegemônicas do século XIX, e se redefine em função da nova Divisão Internacional do Trabalho após a II Guerra Mundial, materializando-se a partir da Ditadura Militar. A Amazônia assim foi compreendida como uma possibilidade de contribuição da natureza para a acumulação capitalista, através do suprimento de novos materiais pela indústria.

2 O DESENVOLVIMENTO DAS SOCIEDADES CAPITALISTAS

O homem se relaciona com a natureza por meio do trabalho, sendo uma atividade básica ontológica, de necessidade natural e constante de manter a vida humana. Segundo Fialho Nascimento (1997) a categoria trabalho é uma categoria ontológica de análise marxiana, que permite ao homem saltar de um ser orgânico para um ser histórico, sendo este o fundador da sociabilidade humana.

O trabalho possui uma dimensão social, pois se expressa no desenvolvimento histórico da sociedade no passado, promove alterações na história em que hoje vive a sociedade e gera novas necessidades e novas possibilidades que conduzirão ao desenvolvimento futuro (LESSA, 2011). O trabalho é fundamentado no ser social porque ao transformar a natureza, cria base, também material, indispensável ao mundo dos homens, possibilitando que, ao transformar a natureza, os homens também se transformam.

Essa articulada transformação da natureza e dos homens, permite de certa forma “a constante construção de novas situações históricas, de novas relações sociais, de novos conhecimentos e habilidades, num processo de acumulação constante” (LESSA, 2001, pág26).

Na vida em comunidade, de forma primitiva, os homens viviam e realizavam suas atividades primitivas (caça, pesca, produção de instrumentos para aperfeiçoamento das atividades) em vistas seu próprio consumo e utilização, e os resultados de suas atividades produtivas eram partilhados entre todos os membros de forma igual, não existindo propriedade particular. A distribuição da pequena produção era realizada de forma equitativa.

No entanto, quando os homens deixaram de ser nômades e aderiram ao sedentarismo devido o início da prática de atividades como a domesticação de animais e agricultura, esses se dedicaram ao cuidado da terra e passaram a vincular-se ao território. Segundo NETTO e BRAZ (2006) a principal característica nesta transformação da comunidade primitiva, foi a produção de excedente, quer dizer, a ação do homem decorrentes dos progressos no processo de trabalho sobre a natureza permitiu a produção de bens que ultrapassavam as necessidades imediatas da sobrevivência dos seus membros. Este excedente econômico se traduz na distinção da produção da sociedade e dos custos dessa produção.

Neste momento, portanto, surge a possibilidade de acumulação dos produtos do trabalho desenvolvido em comunidade por meio do excedente econômico decorrente do aumento da



produtividade. Produtos que por não serem consumidos, foram destinados à troca com outras comunidades, nascendo assim, fruto deste processo, a mercadoria.

A acumulação gera a possibilidade de exploração do trabalho humano, dividindo dessa forma a comunidade entre os que produzem o conjunto de bens e aqueles que se apropriam dos bens excedentes. Quando a possibilidade de acumulação e a alternativa de exploração se tornam efetiva, a comunidade primitiva se desfaz e no seu lugar surge uma nova forma de organização social-produtiva (NETTO e BRAZ, 2006).

O processo de dissolução transforma a massa de indivíduos em potenciais trabalhadores assalariados livres (nas formações pré-capitalistas primitivas, o direito de vender a si e a seus dependentes em épocas de miséria e dificuldades era considerada “regra” entre as sociedades) em decorrência de sua privação à propriedade, restando-lhe a possibilidade de trocar seu trabalho pelos valores existentes. Este processo possibilita ao dinheiro transforma-se em capital.

A produção de bens é realizada através do **processo de trabalho**, constituído pelos meios de trabalho (instrumentos e ferramentas necessárias para o trabalho) objetos do trabalho (materiais naturais brutos ou modificados pelo homem, na qual os homens incidem sua força) e pela força de trabalho (energia humana que transforma os objetos em bens úteis necessários à satisfação da comunidade).

As **forças produtivas** é o conjunto desses elementos necessários ao processo de trabalho, os meios de trabalho somados aos objetos de trabalho, são designados como **meios de produção**. Portanto, as forças produtivas necessárias ao processo de trabalho são constituídas pelos meios de produção somados a força de trabalho humana.

A força de trabalho é a capacidade do homem de operar os meios de produção, segundo Netto e Braz (2006) é a mais preciosa das forças produtivas, pois através do acúmulo de experiências e conhecimentos, tem-se a possibilidade de criação e aperfeiçoamento de instrumentos de trabalho que satisfaz o crescimento da produtividade do trabalho.

Este crescimento da produtividade do trabalho se vincula à repartição do trabalho, a primeira forma de divisão que encontramos é a sexual, onde durante a comunidade primitiva, homens caçavam e pescavam, enquanto as mulheres preparavam os alimentos, hoje se tem a divisão entre meio rural e urbano, desemborcando claramente na divisão entre atividades manuais e intelectuais. “Com efeito, à medida que se desenvolve a capacidade produtiva da sociedade, esta divide ocupações necessárias à produção de bens entre seus membros, instaurando a **divisão social do trabalho**” (NETTO e BRAZ, 2006, pág.59). As forças produtivas operam dentro das relações que são estabelecidas entre os homens e com a natureza (homem-homem; homem-natureza), tais forças produtivas se inserem em relações de caráter técnico e de caráter social determinando as **relações de produção**. A articulação entre as forças produtivas e as relações de produção denomina o **modo de produção**, essas categorias apresentam uma correspondência, porém não seguem os mesmos passos de desenvolvimento, as forças produtivas são bem mais dinâmicas que as relações de produção, quando estas favorecem o desenvolvimento daquelas, dado comprovado historicamente. No entanto, quando as relações de produção dificultam o desenvolvimento das forças produtivas, a correspondência é substituída pela contradição entre as categorias. Segundo Netto e Braz (2006) esta questão é resolvida pela transformação estrutural e substantiva do modo de produção em questão. Portanto, os modos de produção são permeados de conflitos e contradições, sendo transformados ao longo da história da humanidade.

Esta questão é exatamente o cenário onde se tem a transformação do modo de produção feudal ao capitalista, visto que durante o apogeu do escravismo, introduzindo a propriedade privada dos meios fundamentais de produção e a exploração do homem pelo homem,



diversificou a produção de bens, e com o incremento das mercadorias, estimulou o comércio. Neste modo de produção (escravismo) o trabalho era realizado sob coerção e o excedente produzido pelo escravo (produtor direto) era arrancado de forma violenta, e por essa diferenciação social, teria surgido as primeiras formas de poder político, o Estado. É neste modo de produção, que a sociedade ingressa na civilização. Engels define o Estado como uma máquina repressora da classe oprimida e explorada.

Por meio deste processo histórico, comerciantes e usurários obtiveram “plenas permitiram a compra de trabalho livre, por meio da separação deste trabalho, das condições objetivas de sua existência” (MARX, 1986, pág.101).

A riqueza em forma de dinheiro, acumulada através de lucros mercantis se transforma em capital, ou seja, o capital surge como o produto da circulação. Segundo Marx, a origem do capital não se dá pela propriedade da terra, nem das corporações, mas da riqueza mercantil e do lucro. “O capital é essencialmente o capitalista, mas, ao mesmo tempo, a produção em geral é capital, com, o um elemento na existência do capitalista, bem distinto dele” (MARX, 1986, pág.111).

Essa formação original do capital segundo Marx, não ocorre pela acumulação de condições objetivas de trabalho separadas da terra, sua formação se dá porque “o processo de dissolução do modo de produção permite que o valor, existente como riqueza monetária, adquira as condições objetivas para trocar o trabalho vivo dos trabalhadores, agora livres, por dinheiro” (MARX, 1986, pág.103).

Portanto, grande massa de trabalhadores foi lançada ao mercado de trabalho, livre das velhas relações de dependência e servidão, entretanto, livre de suas propriedades (bens e propriedades pessoais). A produção de capitalistas e trabalhadores assalariados é, portanto, um produto fundamental do processo pelo qual o capital se transforma em valores.

2.1 EXPRESSÕES DO PODERIO BURGUÊS A NÍVEL MUNDIAL: CONTEXTO AMAZÔNICO E A INSERÇÃO DA AMAZÔNIA UMA NOVA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

A consolidação do capitalismo obviamente não se limitou somente às fronteiras dos países com o modo de produção de sociedades capitalistas, apresentaram expressões deste poderio burguês também a nível mundial, influenciando inclusive o contexto amazônico.

A configuração imposta pelos portugueses, na qual consolida a formação de uma economia primária e extrativista, promovendo um verdadeiro genocídio indígena, refletia o quão a coroa e a burguesia portuguesas eram atrasadas se comparadas às outras economias nacionais europeias. Um grande fluxo de capital se formou na Amazônia, e com ele, as singulares relações que se estabeleceram, como por exemplo entre seringueiro e seringalista. Esses elementos que interligaram a realidade regional à dinâmica da acumulação capitalista no mundo, explicam o reduzido caminhar da industrialização da Amazônia, e a permanência de uma economia sustentada no extrativismo tradicional (MARQUES,2012).

A Amazônia em apenas contatos iniciais com a ciência burguesa começa a ser revelada ao mundo de modo avançado segundo a visão e a expectativa da acumulação de capital, revelada como uma região fornecedora de meios de consumo colonial, para uma região fornecedora de meios de produção, sob meios de matéria prima para a acumulação industrial.

Essa matéria prima é a borracha. Na segunda metade do século XIX, esta matéria prima surge como o grande elemento para a acumulação e para o avanço das forças produtivas. Em 1870, tem-se o ano em que se inicia um grande período expressivo e que provoca grandes transformações históricas sobre a região, redefinindo as relações sociais no seio da sociedade.



**SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

A rede de controle da produção gomífera sediava uma burguesia (comerciantes, industriais, regionais de pequena expressão, profissionais liberais, fazendeiros, pequenos proprietários, funcionários do governo) que passou a controlar um sistema de trabalho vinculado às exigências globais da acumulação e às condições naturais e sociais existentes na Amazônia, reproduzindo relações de exploração da força de trabalho. Leal (2010) chama atenção para o sistema de aviação, que se concentrou como uma estratégia financeira, contornando obstáculos da região e criou vínculos de dependência, agudizando assim, a miséria social formada nos períodos anteriores da colonização. Na base desta massa estava um contingente de seringueiros de origem nordestina, amarrados à miséria que os “reproduziu como massa pauperizada da floresta vivendo ao nível da pobreza absoluta”.

Mas quando se tem a substituição da borracha nativa pela borracha cultivada, têm-se precisamente o fim daquele primeiro período histórico de contribuição expressiva e integrada da Amazônia à acumulação mundial. “Passou a representar para o oportunismo especulador do capitalismo, cada vez mais, apenas uma imensa área estratégica capaz de ser apropriada para o controle de enormes riquezas naturais pelos grandes grupos de capital que se consolidavam, na primeira metade do século XX a nível internacional” (LEAL,2010, Pág30).

No entanto, a resistência de segmentos da sociedade brasileira, impediram a consolidação do controle direto da região, restando à Amazônia, o regresso à sua miséria social, e a uma “letargia econômica que só foi interrompida, de modo efêmero, durante o segundo grande conflito imperialista – a Segunda Guerra Mundial – quando o suprimento amazônico de borracha ajudou– com certeza muito mais que o envio de tropas brasileiras – a coalisão imperialista comandada pelos Estados Unidos a derrotar a coalisão imperialista comandada pela Alemanha” (LEAL,2010,Pág31).

A queda dos preços da borracha e a redução das vendas, devido a entrada da produção de seringa de cultivos no sudeste asiático, fruto da biopirataria britânica, levaram a economia regional experimentar uma profunda crise. A busca da superação desta depressão veio pelo viés nacional de “integrar para não entregar”. Esta meta apresentava a conotação de integrar a região à economia nacional como consumidora de produtos industrializados do sudeste brasileiro e ao mesmo tempo fornecedora de matéria-prima (papel inicial da Amazônia na divisão de trabalho).

Portanto, quando a economia na Amazônia entra em crise, decorrentes entre outros, aos fatores de ordem econômica mundial, esta fase somente pode apresentar um novo rumo com a intervenção dos governos militares a partir de 1964. Com a definição da hegemonia do bloco imperialista e a reorganização das grandes economias capitalistas devastadas pela guerra, nasce a necessidade de uma nova Divisão Internacional do Trabalho, em decorrência da industrialização capitalista e a necessidade de controlar o avanço do socialismo na história das sociedades.

Com a inclusão do Brasil neste processo, houve o desenvolvimento de condições que facilitaram o acesso à ocupação da Amazônia e à exploração dos seus recursos pelo capital, desta vez de modo distinto. Através da política de colonização e da necessidade capitalista em colocar a Amazônia no mercado mundial, o Estado cria mecanismos de estímulo à acumulação privada através de incentivos fiscais. A SUDAM (órgão vinculado ao Ministério do Interior, criada em 1966 com o objetivo de desenvolver a região amazônica) foi criado exclusivamente para beneficiar o grande capital, que efetivou a acumulação na região, por meio da expansão da nova fronteira. No entanto, aos pequenos produtores do extrativismo e da agropecuária não foi concedido tal benefício, pois esta vantagem estava prevista somente aos grandes grupos organizados que representavam o poder econômico e político no Brasil (PICOLI,2006).



**SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

Sob a ditadura do Estado brasileiro, abriram-se as fronteiras da Amazônia ao capital, com a imagem de estar realizando a reforma agrária destinados aos povos marginalizados e despossuídos do país. No entanto, através dos incentivos oferecidos pelo Estado, ocorreram na verdade uma concentração de terra e o empobrecimento das massas somado a expropriação da terra dos indígenas e dos posseiros, bem como o não acesso dos que chegam em busca de terra e trabalho. O governo da ditadura buscava empréstimos estrangeiros para investir em infraestrutura, facilitando a penetração da região com a construção de rodovias, usinas elétricas, aeroportos e redes de comunicação. Essa forma encontrada foi a estratégia para a ocupação da Amazônia, na qual beneficiava as empresas transnacionais que sustentavam a política dos governos militares (PICOLI,2006).

De fato, com o fim da II Guerra Mundial, a consolidação da nova Divisão Internacional do Trabalho tornou evidente: tem-se a entrada marcante de filiais multinacionais, onde exploravam uma força de trabalho barata e fraca em organização social. Com isso garantiam o controle dos mercados e se apropriavam da mais-valia extraída e enviada aos grandes centros financeiros nos países de origem.

A ditadura militar impulsionou a implementação de vários e gigantescos complexos industriais para a exploração mineral, é claro, voltados para o exterior, deixando uma clara percepção de dano ambiental e social de considerável proporção.

Os projetos em torno da grande mineração envolviam interesses e capitais que extrapolavam em muito a capacidade de intervenção da burguesia regional amazônica e tinham como objetivo pilhar os recursos naturais. Podemos perceber que a partir dos anos 1950, mas particularmente no decorrer da década de 1970, desde a Transamazônica até os grandes projetos, ocorre uma significativa ampliação do papel do governo federal na região amazônica (MARQUES,2012, pág38).

A política econômica dos governos militares beneficiaram amplamente as grandes empresas, tanto nacionais quanto internacionais, que atuavam no setor mais dinâmico da economia nacional. O crescimento da indústria moderna multinacional baseada na produção da exportação, era a resposta que o grande capital encontrou como mais adequada à reduzida dimensão do mercado interno brasileiro (BENAION,2006). A proposta política do governo iniciava um ciclo de compromisso do Brasil com a economia de mercado, apostando em um ambiente de harmonia entre os interesses do capital e o trabalho.

A atuação da ditadura militar entra no jogo de interesses do capital internacional e apresenta uma redefinição de sua intervenção. O papel do Estado sob a ditadura militar, entendia o espaço amazônico como um “espaço vazio”, que portanto, deveria ser ocupado, no entanto, ressaltando aos olhos do grande capital, tanto nacional quanto internacional, este vazio deveria ser ocupado a partir das possibilidades de transformar a natureza em mercadoria, para assim então, obter lucro (MARQUES,2012). Ao grande empresário apenas lhe interessa saber onde e como investir para que possa ser recompensado com mais e mais dinheiro.

Essas estratégias nascidas em função das iniciativas do Estado para efetivar a ocupação da região amazônica, foram um das formas de consolidar o projeto de expansão articulado pelas forças econômicas e governamentais por meio das forças militares. O objetivo maior era tornar a Amazônia integrada ao mercado mundial e aproveitar do potencial natural existente na região, através de concessões do Estado aos detentores do poder econômico.

A Amazônia possuía um parque industrial moderno, mesmo se comparadas às estruturas produtivas do “Primeiro Mundo”, os grandes projetos representavam um segmento



moderno e muito importante de intervenção sobre a natureza. Com isso, o estabelecimento desta nova ordem, leva à Amazônia como sede de uma corrida tecnológica, onde as pesquisas geológicas se intensificam na busca de reservas minerais. A constituição de 1967 estabelece em seu Art 161, que as jazidas, minas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta do solo para o efeito de exploração ou aproveitamento industrial, abrindo dessa forma a possibilidade de aprovação do Código de Minas de 1967 que em que especifica que o subsolo não apresenta dono. No que concerne a evolução do direito ao mineiro no Brasil, desde o advento da segunda fase republicana até os dias atuais, segue o sistema *Res Nullius* (as jazidas e minas a ninguém pertencem; detém-nas quem as explora).

Esses traços presentes nos textos legais “criaram a figura da empresa de mineração (sociedade organizada no país, independente da origem do capital) e garantiam o predomínio do setor privado, deixando ao Estado o papel suplementar”. (MARQUES,2012, pág35).

O governo militar, ainda que sob um discurso de segurança nacional, colocava contraditoriamente os recursos minerais brasileiros à disposição dos capitais internacionais.

Essa postura impulsora do setor produtivo de substituição de importações, redefiniu o papel que a Amazônia deveria cumprir na reprodução capitalista brasileira. Determinou de forma clara a função de exportadora de produtos minerais, uma colônia fornecedora de matéria-prima bruta aos países imperialistas.

3 CONCLUSÃO

A economia regional em presença dos grandes projetos, apresenta uma reconfiguração produtiva em relação ao capital internacional, mas ainda confirma sua condição de região semicolonial e exportadora de matéria prima bruta.

A pauta de produção sustenta em matéria de ordem primária e tradicional estava visivelmente posta, no entanto, nos anos 1980, esse papel muda radicalmente consolidando uma divisão de papéis delineada a partir do golpe militar, destacando-se do capital mercantil/comercial ao capital industrial/financeiro, impulsionados pelo Estado por meio de um montante bastante significativo de investimentos.

Nesta fase, a intervenção do Estado foi imprescindível, a burguesia regional quanto a burocracia ficaram “marginais na definição da nova fase de desenvolvimento da Amazônia, pois perde parte do espaço de poder que dispunha” (MARQUES,2012, pág39). A adesão da burguesia regional à proposta do governo militar se dá sem maiores restrições porque além de necessidade de uma intervenção estatal, os setores alimentavam uma esperança em serem beneficiados com os recursos imigrantes. Do ponto de vista político, o projeto autoritário não beneficiou a totalidade, teve-se o apoio de um setor restrito do grande empresariado nacional, o cartel dos produtores de equipamentos pesados e das grandes empresas de engenharia e produção, no entanto, ficaram marginais os grupos empresariais que não pertenciam a indústria pesada (BENAION,2006). Dessa forma, considera-se sempre os interesses do grande capital, incluindo acentuatadamente os interesses multinacionais. O Estado garantiu não só a inserção de capitais nesta região, mas proporcionou a acumulação ampliada do capital respondendo aos interesses nacional e multinacional.

Hoje, a Amazônia é um espaço que produz, segundo Aluizio Leal (2010), um saque modernizado e eficiente dos recursos naturais necessários à acumulação controlado pelas grandes corporações. Os recursos são extraídos em massa e exportados a preços aviltados, frente a uma descompassada descapitalização ecológica. O autor ressalta ainda que “a grande maior parte da sociedade regional está à margem dos benefícios que esse processo gera. Quem os apropria regionalmente é uma reduzidíssima minoria de privilegiados, que controla subsidiariamente a exploração dos recursos naturais e a exploração da força de trabalho da região” (LEAL 2010, pág40). São os representantes, dirigentes e defensores das



corporações internacionais. São empresários, latifundiários, e profissionais integrados aos esquemas de corrupção e favorecimento.

Em suma, a Amazônia em face da sua riqueza de recursos naturais (mineral e energética) transformam-na em alvo de “juras de amor à natureza e preocupações ambientais” de representantes imperialistas, que na verdade desejam o seu controle em função do uso dos seus recursos naturais para os objetivos da acumulação.

Isto segundo Leal (2010) tem principalmente nas últimas décadas, uma só em quantidade do saque, mas no inchaço de equipes científicas e projetos e programas de investigação da natureza desenvolvida pelos grandes capitais.

A Amazônia, segundo Oliveira (2009, pág. 92) transparece os limites da feroz racionalidade capitalista forjada nos tempos de conquista. Muito além da leitura de “cobiça internacional” realizada da Amazônia, existe a ideia “conter uma das chaves da pós-modernidade, ou do cumprimento integral da própria modernidade, ao revelar os limites da lógica do lucro” opondo-se assim, à lógica da cultura, a região se oferece “uma das chaves para ingressar, pelo alto, no topo de um sistema produtor de valor de uso voltado para as necessidades humanas, a partir da sua imensa biodiversidade”.

O interesse das mineradoras é a extração mineral simples, sem beneficiamento algum nacional, vende-se o minério para comprar o produto que com ele é fabricado, ratificando dessa forma, o papel da região como uma colônia de reserva energética e mineral. Essa, portanto, é a função da Amazônia na atual DIT imposta pela acumulação de capital na lógica da globalização ditada pelas gigantescas multinacionais, lógica puramente de saque, com oferta pública de energia e força de trabalho barata. Sendo o papel do Estado brasileiro fundamental na conformação da Amazônia na reprodução capitalista nacional.

Atualmente, a participação estatal é secundária na exploração dos recursos naturais amazônicos, entregando toda a riqueza mineral nas mãos das grandes multinacionais. De fato, o ideia de “desenvolvimento” amazônico tanto esboçada pelos diversos atores envolvidos em cena, não apresentava a população amazônica como alvo central de beneficiamento, desde o início o processo apresentava uma lógica que partia e pretendia a acumulação de capital, pois então de fato, o alcançou.

REFERÊNCIAS

BENAION, Noval. **A subordinação Reiterada: Imperialismo e subdesenvolvimento no Brasil**. Editora da Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2006.

FIALHO NASCIMENTO, Nádia Socorro. **Desenvolvimento Capitalista e “Questão Social”**: Notas para debate In: Praia Vermelha: Estudos de política e teoria social/ Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social- Vol 1. N.1 (1997) Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-Graduação, 1997.

LEAL, Aluizio Lins. **Uma sinopse histórica da Amazônia**. In: TRINDADE, José Raimundo e MARQUES, Gilberto (Orgs.). Revista de Estudos Paraenses, Belém, 2010. p. 89-122. Edição Especial.

LESSA, Sérgio. **Introdução à filosofia de Marx**. Sérgio Lessa, Ivo Tonet. 2ª Edição, São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARQUES, Gilberto S. **Amazônia: uma moderna colônia energético-mineral?** In: Universidade e Sociedade / Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - Ano 1, nº 1 (fev. 1991) Brasília: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. Ano XXI - Número 49 Janeiro 2012



SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

_____. **A incorporação amazônica no desenvolvimento capitalista brasileiro.** In: Revista de Estudos Paraenses, Belém. Edição Especial. pág. 67-88, 2010.

MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas.** Tradução de João Maia. 5ª Edição. Editora paz e Terra S/A. Rio de Janeiro, 1986.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica.** São Paulo: Cortez, 2006.

OLIVEIRA, Francisco de. A reconquista da Amazônia In: **A Amazônia e a crise da modernização**/Maria Ângela D’Incao e Isolada Maciel da Silveira-Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA/UFPA) Museu Paraense Emílio Goeldi: Belém,2009.

PICOLI, Fiorelo. O capital e a devastação da Amazônia. 1ªEdição São Paulo: Expressão Popular,2006.